



1. Relatório e Contas da OA exercício de 2013

CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

presidencia@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt
F: +351 213 241 101



CDN	OT	DATA
5ª Reunião Plenária	Ponto N.º 2.1	08.05.2014

DELIBERAÇÃO

Relatório e contas da OA exercício de 2013

A FAVOR
 CONTRA
 ABSTENÇÕES

APROVADA POR UNANIMIDADE

Ao abrigo da alínea f) do artigo 18.º do Estatuto da OA, propõe-se a aprovação pelo Conselho Directivo Nacional do Relatório e Contas da Ordem dos Arquitectos referentes ao exercício de 2013, em anexo, a submeter à Assembleia Geral da OA.

Rafael Pereira
Tesoureiro do
Conselho Directivo Nacional

Anexo: O referido



RELATÓRIO AUDITORES

RELATÓRIO DE EXAME SIMPLIFICADO

INTRODUÇÃO

1. Procedemos ao exame simplificado das demonstrações financeiras da **"ORDEM DOS ARQUITETOS"** as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 3.576.413 euros e um total de fundos próprios de 1.701.811 euros, incluindo um resultado líquido de 112.457 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Diretivo Nacional a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Ordem dos Arquitetos, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos próprios e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no nosso exame simplificado daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo 6, abaixo, o exame simplificado a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que este exame seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame simplificado consistiu:
 - principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a apreciar: a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência

- da sua aplicação; a aplicação ou não do princípio da continuidade; e a apresentação da informação financeira; e
 - em testes substantivos às transações não usuais de grande significado.
5. Um exame simplificado proporciona, por conseguinte, menos segurança do que uma revisão/auditoria e, conseqüentemente, não estamos em condições de expressar e não expressamos, uma opinião de revisão/auditoria.

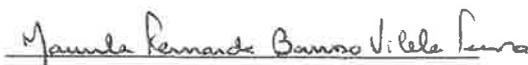
RESERVA

6. Tal como descrito no anexo, existem diversos processos judiciais interpostos contra a Ordem pela Universidade Fernando Pessoa e por alguns alunos/ ex. alunos da mesma, relacionados com o não reconhecimento por parte da Ordem dos Arquitetos do curso ministrado por aquela Universidade. Para fazer face a esta responsabilidade, a Ordem apresenta em 31 de Dezembro de 2013 uma provisão para outros riscos e encargos no valor de 458.250 euros (2012: 458.250 euros). No entanto, à data de emissão do nosso relatório, a informação existente não nos permite validar, com razoável grau de segurança, a adequacidade do montante desta provisão, para fazer face às potenciais responsabilidades.

PARECER

7. Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7, acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as referidas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 não estejam isentas de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 21 de Março de 2014



MGI & ASSOCIADOS, SROC, LDA

Representada por:

Manuela Fernanda Barroso Vilela Ferreira



RELATÓRIO DE GESTÃO
e
CONTAS OA DO EXERCÍCIO DE 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO *Ordem dos Arquitectos*

Contas do exercício de 2013

1. Introdução

O presente relatório pretende coligir e fornecer ao Conselho Fiscal Nacional os elementos necessários à competência que lhe é atribuída pelo Estatuto da Ordem dos Arquitectos: "Dar parecer sobre o relatório, contas e orçamento anuais apresentado pelo Conselho Directivo Nacional;"

Privilegia-se a informação relativa à execução do instrumento de gestão estatutariamente previsto e aprovado em Assembleia Geral - o Orçamento para 2013 - porquanto este melhor reflecte as consequências financeiras do exercício de competências e áreas de actividade da OA. Assim, o presente relatório incide sobre a estrutura de contabilidade analítica estabelecida para a matriz do Orçamento 2013.

Dado que a génese e a execução do Orçamento Geral da OA decorre de três unidades de gestão (CDN, SRN e SRS), os dados referidos são apresentados, quer por Conselho, quer a nível global da Ordem dos Arquitectos.

2. Actividade desenvolvida

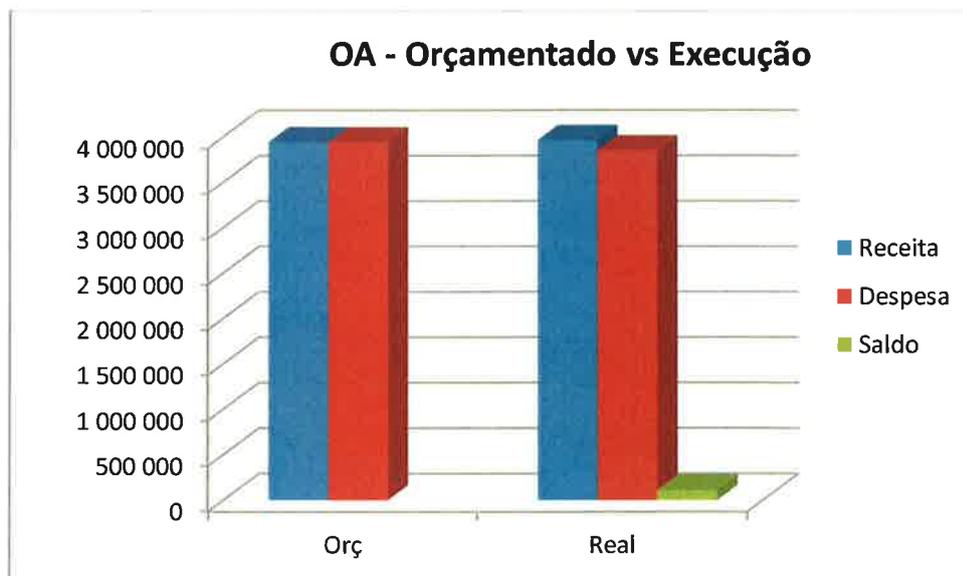
Foram desenvolvidas actividades e implementados projectos previstos no plano de actividades, com particular incidência no regular exercício das atribuições da OA e competências dos seus órgãos.

3. Análise dos resultados

O Balanço referente ao exercício de 2013 evidencia um total de 3.576.413 € e um total de Fundos Patrimoniais de 1.701.811 €, incluindo um resultado líquido positivo de 112.458 €.

O resultado acima referido decorre de um total de Rendimentos e Ganhos de 3.964.940 € e de um total de Gastos e Perdas de 3.852.482 €.

O valor cabimentado no Orçamento de 2013 foi de 3.942.666 €, tanto para os Ganhos, como para os Gastos - correspondendo os resultados apresentados a um desvio de 22.274 € do lado da receita e 90.184 € do lado da despesa, em relação ao orçamentado:

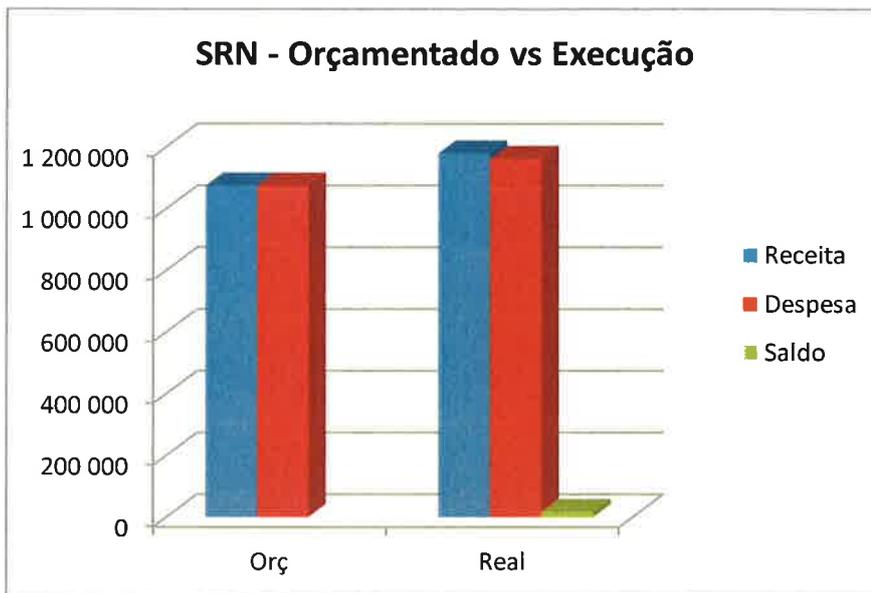
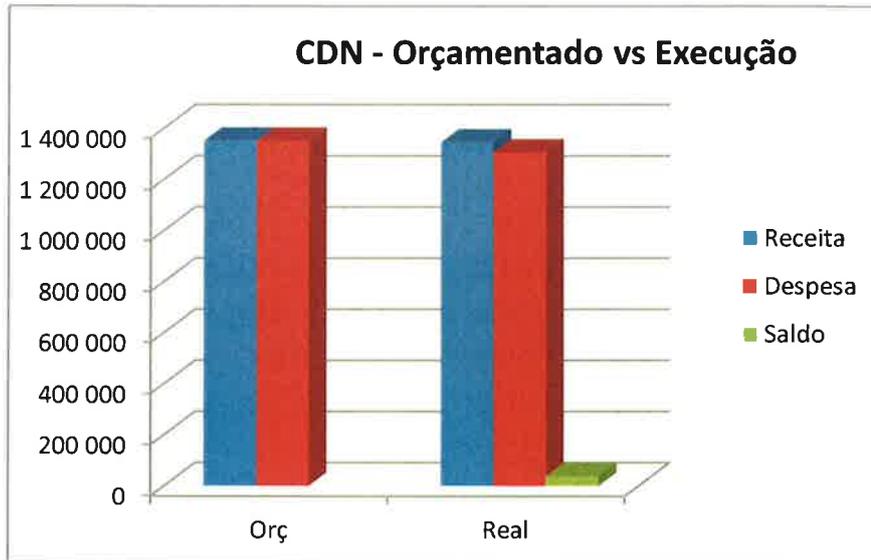
Comparativo entre o Orçamentado e o Executado no Exercício de 2013

	Receita	Despesa	Saldo
Orçamento	+ 3.942.666	- 3.942.666	0
Executado	+ 3.964.940	- 3.852.483	+ 112.457

De seguida discriminam-se pelos três Conselhos, os valores referidos:

	CDN	SRN	SRS
Ganhos	+ 1.345.023 €	+ 1.179.133 €	+ 1.440.783 €
Gastos	- 1.306.043 €	- 1.161.184 €	- 1.385.254 €
Resultado	+ 38.980 €	+ 17.949 €	+ 55.529 €

Os valores orçamentados pelo CDN, SRN e SRS para 2013 foram, respectivamente, 1.351.032 €; 1.074.400 € e 1.517.234 €. Em anexo quadro comparativo entre o orçamentado e executado, por Conselho:



Ao nível dos Centros de Apuramento, os desvios mais significativos em relação ao orçamentado, são os seguintes:

01. Os proveitos de estrutura (quotas, jóias e rendas) foram inferiores em 55.652 € em relação ao Orçamento da OA para 2012, sobretudo devido a uma sobre orçamentação da receita na SRS.

03. Órgãos Sociais: a Ordem dos Arquitectos gastou menos 66.456 € do que o orçamentado, resultado da redução em senhas de presença, verificado a nível dos três Conselhos.

06. Admissão: a Ordem dos Arquitectos teve um desvio positivo de 38.2996 € face ao orçamentado, devido sobretudo ao resultado da SRS e SRN.

07. Apoio ao exercício da Profissão: a Ordem dos Arquitectos gastou menos 30.086 € do que o orçamentado, resultados da SRS e SRN.

08. Formação: a Ordem dos Arquitectos teve um desvio negativo de 49.719 € face ao orçamentado, devido à quebra de receita estimada na formação da SRS e SRN.

09. Premiação e Concursos: a Ordem dos Arquitectos teve um desvio negativo de 37.333 € face ao orçamentado, devido sobretudo ao resultado da SRS e CDN.

10. Iniciativas e Projectos: verifica-se um desvio negativo de 50.991 € em relação ao orçamento, devido sobretudo ao resultado da SRS e SRN.

11 Intervenção Pública e Comunicação: Verifica-se um desvio negativo de 10.947 € em relação ao orçamento. O desvio verifica-se sobretudo nas publicações do CDN e resulta da dificuldade em angariar publicidade.

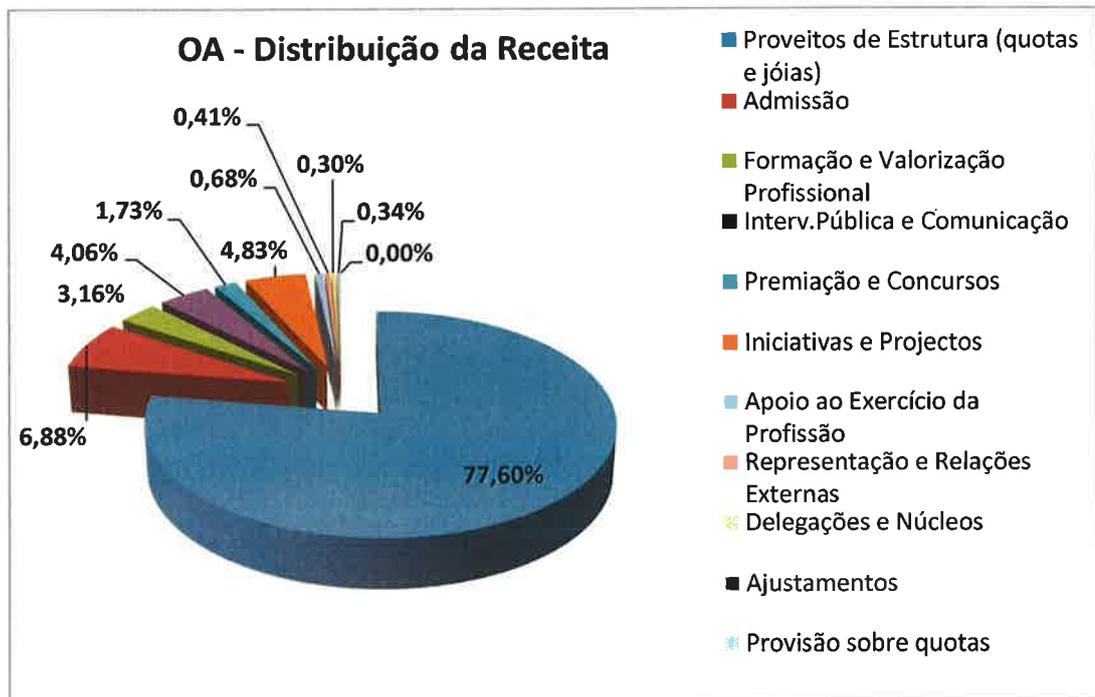
12 Representação e Relações Externas: Verifica-se um desvio negativo de 28.620 € em relação ao orçamento, devido sobretudo ao resultado da SRS e CDN.

90. Provisão sobre Quotas: a rubrica de provisão definida no Orçamento de 2013, no valor de 226.235 €, revelou-se adequada para fazer face aos constrangimentos do exercício.

De seguida apresenta-se gráficos com a distribuição dos ganhos e gastos, por Centros de Apuramento:

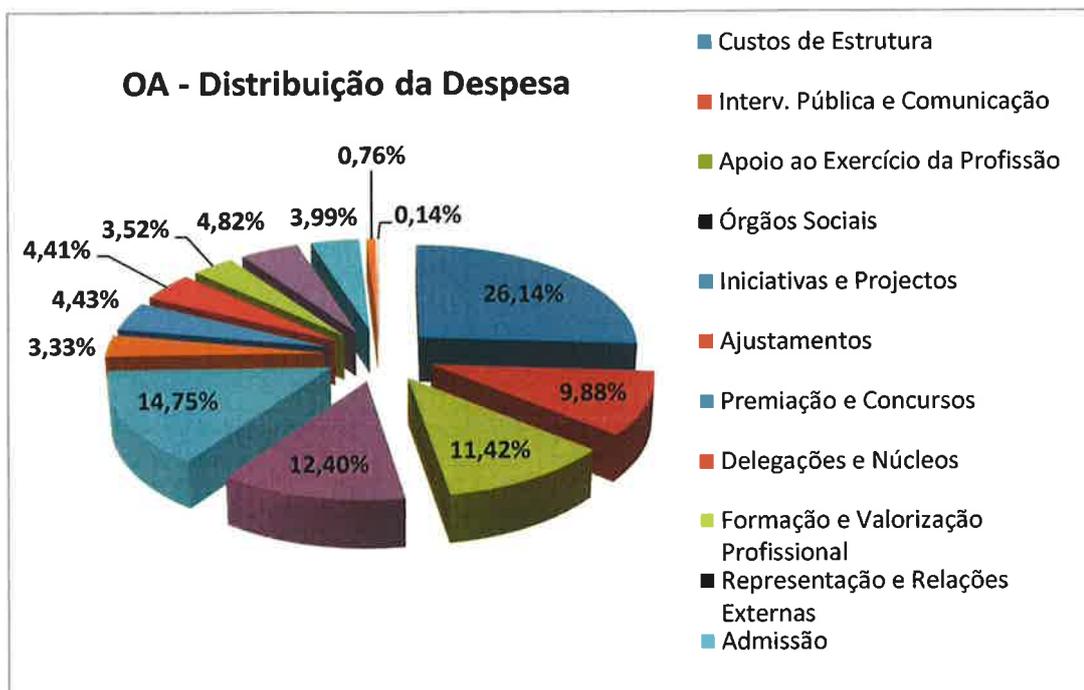
Distribuição dos Rendimentos e Ganhos

Centros de Apuramento	€	%
Proveitos de Estrutura (quotas e jóias)	3.076.881	77,60
Admissão	272.772	6,88
Formação e Valorização Profissional	125.408	3,16
Interv.Pública e Comunicação	160.855	4,06
Premiação e Concursos	68.663	1,73
Iniciativas e Projectos	191.498	4,83
Apoio ao Exercício da Profissão	27.154	0,68
Representação e Relações Externas	16.183	0,41
Delegações e Núcleos	11.968	0,30
Ajustamentos	13.557	0,34
Provisão sobre quotas	0	0,00



Distribuição dos Gastos e Perdas

Centros de Apuramento	€	%
Custos de Estrutura	1.006.964	26,14
Interv. Pública e Comunicação	380.567	9,88
Apoio ao Exercício da Profissão	440.107	11,42
Órgãos Sociais	477.795	12,40
Iniciativas e Projectos	568.274	14,75
Ajustamentos	128.419	3,33
Premiação e Concursos	170.699	4,43
Delegações e Núcleos	170.083	4,41
Formação e Valorização Profissional	135.675	3,52
Representação e Relações Externas	185.687	4,82
Admissão	153.634	3,99
Provisões sobre quotas	29.142	0,76
Colégios	5.436	0,14



Distribuição dos Ganhos e Gastos por Centro de Apuramento

Centros de Apuramento	Receita	Despesa
Estrutura	3.076.881	1.006.964
Órgãos Sociais	0	477.795
Colégios	0	5.436
Delegações e Núcleos	11.968	170.083
Admissão	272.773	153.634
Apoio ao Exercício da Profissão	27.154	440.107
Formação e Valorização Profissional	125.408	135.675
Premiação e Concursos	68.663	170.699
Iniciativas e Projectos	191.498	568.274
Interv. Publica e Comunicação	160.856	380.567
Representação e Relações Externas	16.183	185.687
Provisões sobre Quotas	0	29.142
Ajustamentos	13.557	128.419



4. Conclusões

A Ordem dos Arquitectos apresenta um resultado positivo de 112.458 euros na gestão do exercício de 2013.

O actual contexto de degradação geral da economia nacional recomenda, no entanto, o reforço de alguns procedimentos para o ano de 2014:

1. Acompanhar o fenómeno crescente de pedidos de suspensão, aplicando as devidas medidas correctivas na gestão financeira da OA.
2. Melhorar os mecanismos de cobrança das quotas.
3. Assegurar o autofinanciamento dos projetos e eventos.
4. Procurar constantemente uma maior eficiência e menor despesa no funcionamento da estrutura da OA.
5. Acautelar os imprevistos de gestão, nomeadamente no que concerne aos processos de contencioso.
6. Continuar o saneamento da dívida da Conta Corrente Caucionada de uma forma sustentável.

Rafael Gonçalves Pereira,
Tesoureiro do Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos

Maio.2014

ORDEM DOS ARQUITETOS

BALANÇO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012



Nº 274
 Recebido 22/4/01 4
 Respondido 1/1

U.Monetária:Euros

	Notas	2013	2012
Ativo			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	1.680.634	1.727.058
Ativos intangíveis	8	4.360	2.965
		1.684.994	1.730.023
Ativo corrente:			
Inventários	9	28.058	18.111
Clientes /Associados	10	1.085.074	1.005.708
Estado e outros entes públicos	11	15.005	26.110
Outras contas a receber	12	11.784	4.537
Diferimentos	13	2.175	31.608
Outros ativos financeiros	6	47.383	46.967
Caixa e depósitos bancários	5	701.940	678.578
		1.891.419	1.811.619
Total do ativo		3.576.413	3.541.642
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais:			
Outras reservas	14	522.065	526.428
Resultados transitados	15	635.160	561.912
Outras variações nos fundos patrimoniais	16	432.129	475.245
		1.589.354	1.563.585
Resultado líquido do período	(i)	112.457	73.248
Total dos fundos patrimoniais		1.701.811	1.636.833
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	17	458.250	458.250
Financiamentos obtidos	18	429.026	461.151
		887.276	919.401
Passivo corrente:			
Fornecedores	19	215.495	174.911
Estado e outros entes públicos	11	63.786	58.605
Financiamentos obtidos	18	453.440	471.589
Outras contas a pagar	20	254.605	265.303
Diferimentos	13	-	15.000
		987.326	985.408
Total do Passivo		1.874.602	1.904.809
Total dos fundos patrimoniais e passivo		3.576.413	3.541.642

(i) Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais

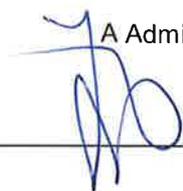
ORDEM DOS ARQUITETOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO D

U.Monetária: Euros

Rendimentos e gastos	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	21	3.900.234	3.925.288
Subsídios à exploração	24	4.866	6.346
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(1.993)	(453)
Fornecimentos e serviços externos	22	(1.714.103)	(1.528.075)
Gastos com o pessoal	23	(1.908.291)	(1.995.010)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(29.142)	(36.296)
Outros rendimentos e ganhos	25	135.483	185.269
Outros gastos e perdas	26	(193.301)	(206.625)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		193.753	350.444
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(88.445)	(86.950)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	7	-	(181.719)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		105.308	81.775
Juros e rendimentos similares obtidos	27	30.531	26.403
Juros e gastos similares suportados	27	(23.382)	(34.930)
Resultado antes de impostos		112.457	73.248
Imposto sobre o rendimento do período	3.1.3	-	-
Resultado líquido do período		112.457	73.248

A Administração



O Técnico Oficial de Contas



ORDEM DOS ARQUITETOS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em euros)

	31 de Dezembro	
	2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método directo		
Recebimentos de clientes	3.832.010	4.058.374
Pagamentos a fornecedores	(1.687.094)	(1.675.389)
Pagamentos ao pessoal	(1.912.088)	(1.960.328)
Caixa gerada pelas operações	232.828	422.657
Outros Recebimentos / (pagamentos) relativos a actividades operacionais	(117.542)	(182.646)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	115.286	240.011
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Propriedades de investimento	-	-
Activos fixos tangíveis	(41.392)	(15.285)
Activos intangíveis	(2.024)	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(43.416)	(15.285)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	-	6.588
Financiamentos obtidos	51.231	15.500
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(23.382)	(33.456)
Financiamentos obtidos	0	(26.876)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	27.849	(38.244)
Variação de Caixa e seus equivalentes	99.719	186.482
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e Equivalentes no Início do Período	723.938	537.456
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	823.657	723.938

A Administração



O Técnico Oficial de Contas



ORDEM DOS ARQUITETOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO D

U.Monetária: Euros

Rendimentos e gastos	Notas	2013	2012
Vendas e serviços prestados	21	3.900.234	3.925.288
Subsídios à exploração	24	4.866	6.346
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(1.993)	(453)
Fornecimentos e serviços externos	22	(1.714.103)	(1.528.075)
Gastos com o pessoal	23	(1.908.291)	(1.995.010)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(29.142)	(36.296)
Outros rendimentos e ganhos	25	135.483	185.269
Outros gastos e perdas	26	(193.301)	(206.625)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		193.753	350.444
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(88.445)	(86.950)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7	-	(181.719)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		105.308	81.775
Juros e rendimentos similares obtidos	27	30.531	26.403
Juros e gastos similares suportados	27	(23.382)	(34.930)
Resultado antes de impostos		112.457	73.248
Imposto sobre o rendimento do período	3.1.3	-	-
Resultado líquido do período		112.457	73.248

A Administração



O Técnico Oficial de Contas



ORDEM DOS ARQUITETOS

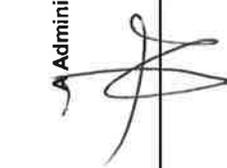
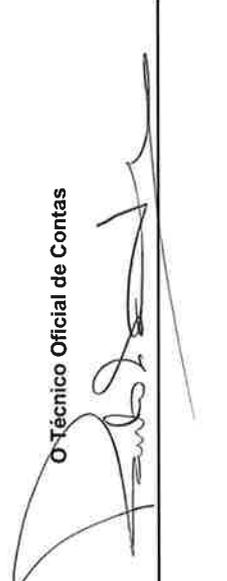
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO EXERCÍCIO DE 2013

U.Monetária: Euros

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
	Outras reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (01/01/2013)	526.428	561.912	475.245	73.248	1.636.833	1.636.833
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	0	0	0	0	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 31/12/2013				112.457	112.457	112.457
RESULTADO INTEGRAL				112.457	112.457	112.457
OPERAÇÕES NO PERÍODO		73.248		(73.248)		
Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2012	(4.363)		(43.116)		(47.479)	(47.479)
Regularizações relacionadas com subsídios e donativos	(4.363)	73.248	(43.116)	(73.248)	(47.479)	(47.479)
		0			0	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31/12/2013	522.065	635.160	432.129	112.457	1.701.811	1.701.811

A Administração

O Técnico Oficial de Contas

ORDEM DOS ARQUITETOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em Euros)

1. Introdução

Atividade

A Ordem dos Arquitetos, doravante designada por Ordem, foi criada pelo Decreto-Lei nº 176/98 de 3 de Julho, por transferência de todos os direitos e obrigações que era detentora a Associação dos Arquitetos Portugueses.

A Ordem, é a associação pública representativa dos licenciados ou detentores de diploma equivalente, no domínio da arquitetura, que exerçam a profissão, tendo a sua sede em Lisboa.

A Ordem, representada pelo Conselho Diretivo Nacional, compreende:

- A Secção Regional do Norte que tem sede no Porto e abrange a área correspondente aos Distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu e Guarda; e
- A Secção Regional do Sul que tem sede em Lisboa e abrange a área correspondente aos Distritos de Castelo Branco, Leiria, Santarém, Lisboa, Portalegre, Évora, Beja, Setúbal, e Faro, bem como as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

A atividade da Ordem consiste, entre outras, em (a) contribuir para a defesa e promoção da arquitetura através da valorização profissional e científica dos seus associados; (b) admitir e certificar a inscrição de arquitetos, bem como conceder o respetivo título profissional; (c) representar os arquitetos perante quaisquer entidades públicas ou privadas; (d) defender os interesses, direitos e prerrogativas dos associados; (e) fazer respeitar o código deontológico e exercer jurisdição disciplinar sobre todos os arquitetos que exerçam a profissão em território nacional; (f) colaborar, patrocinar e promover a edição de publicações que contribuam para um melhor esclarecimento público das implicações e relevância da arquitetura; (g) regulamentar os estágios de profissionalização organizados pela Ordem e participar na sua avaliação; e (h) acompanhar a situação geral do ensino da arquitetura e dar parecer sobre todos os assuntos relacionados com esse ensino.

É opinião do Conselho Diretivo Nacional que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Ordem dos Arquitetos, bem como a sua posição e performance financeira, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela Ordem dos Arquitetos de acordo com o regime de normalização contabilístico para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) previsto no Decreto-lei nº 36-A/2011 e publicadas pela Portaria nº 105/2011 de 14 de Março de 2011.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o regime da normalização das NCRF-ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Ordem, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.



Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho Diretivo Nacional, e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas nas Notas 5 a 13.

2.2. Derrogação das disposições do NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista para as NCRF-ESNL.

2.3. Indicação das contas de Balanço e de Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores do Balanço a 31 de Dezembro de 2013 e da Demonstração dos Resultados em 2013 são na íntegra comparáveis com os do exercício anterior.

2.4 Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL

A Ordem adotou as NCRF-ESNL's, emitidas e em vigor à data de 1 de Janeiro de 2011. A data de transição foi 1 de Janeiro de 2010.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF – ESNL's, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

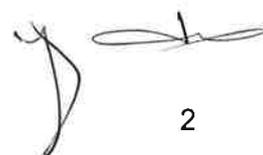
O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:



Anos

Edifícios e outras construções	Entre 25 e 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 3 e 10 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente refletem, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreendem:

- o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os ativos detidos pela Ordem que se enquadram nestas definições correspondem aos programas de computador (software) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e à sua atividade.

Os ativos intangíveis são valorizados, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimadas, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso.

A Ordem determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos quanto à sua razoabilidade anualmente.

3.3. Imparidade de ativos

A Ordem realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Ordem avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.4 Ativos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ordem classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Ordem classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação.

As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Ordem avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Ordem reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

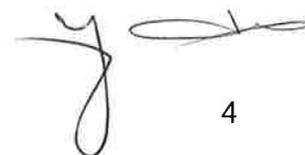
Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.5 Inventários

i) Mercadorias

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo das vendas é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização.



As perdas por imparidade dos inventários são registadas em função da rotação e obsolescência dos produtos sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são transacionáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de inventários”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.6 Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da entidade, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.7 Clientes e outras contas a receber

As rubricas de clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber (não associados) são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

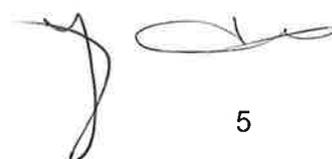
As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber (associados) são registadas segundo um critério sob o qual a Ordem considera o que melhor representa a recuperabilidade dos saldos:

- Quotas com antiguidade superior a 1 ano > 40%
- Quotas com antiguidade superior a 2 anos > 85%
- Quotas com antiguidade superior a 3 anos > 100%

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.8 Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.



3.9 Passivos financeiros

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Ordem classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Ordem tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Ordem divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.11 Financiamentos obtidos

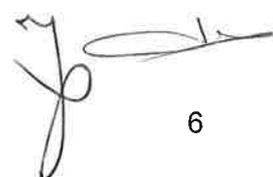
Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Ordem possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12 Donativos, subsídios e apoios do Governo

A Ordem reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de



Fundos Patrimoniais “Outras variações nos Fundos Patrimoniais”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pró-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os donativos obtidos afetos a investimentos em ativos fixos tangíveis são reconhecidos inicialmente nos Fundos Patrimoniais na rubrica de “Outras reservas - donativos”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base de pro-rata de depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.13 Imposto sobre o rendimento

A Ordem está isenta de Imposto sobre o rendimento nos termos do disposto no artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas (CIRC).

3.14 Benefícios aos empregados

A ORDEM não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma aos seus trabalhadores.

3.15 Pessoal ao serviço da empresa

O número de empregados da Ordem em 31 de Dezembro de 2013 foi de 56 (2012: 61). A divisão do número médio de funcionários por Órgão, é como segue:

	Nº médio de funcionários			
	CDN	SRS	SRN	Total
2013	15	26	15	56
2012	15	31	15	61

3.16 Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

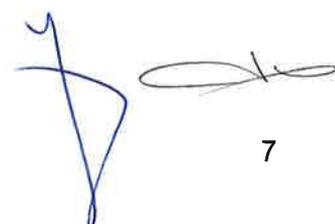
3.17 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da Ordem. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Ordem; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito proveniente das quotas é reconhecido pela emissão das mesmas, independentemente do momento em que são pagas pelos associados.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.



3.18 Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Ordem detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Ordem tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.19 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Ordem são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho Diretivo Nacional em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

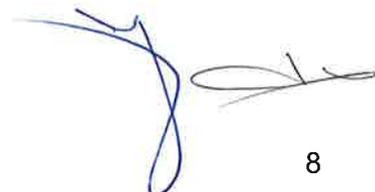
Estimativas contabilísticas relevantes

3.18.1 Provisões

A Ordem analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

À data de 31 de Dezembro, a Ordem não registou qualquer provisão por não ser aplicável.



3.18.2 Ativos tangíveis e Intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho Diretivo Nacional para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional, tendo em consideração o carácter de reversibilidade de determinadas classes de ativos.

3.18.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Ordem tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho Diretivo Nacional no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4 Gestão dos Riscos Financeiros

A Ordem não está sujeita a riscos das cotações de mercado dos ativos financeiros nem a riscos de taxa de câmbio. Está sujeita a riscos de taxas de juro, dado que tem financiamentos bancários. Ao nível do risco de negócio, a Ordem está sujeita à evolução da economia portuguesa. Os riscos financeiros são identificados pela Gestão ao nível do Conselho Diretivo.

5 Fluxos de Caixa

5.4 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2013, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa	5.990	8.952
Depósitos bancários	<u>695.950</u>	<u>669.626</u>
	<u>701.940</u>	<u>678.578</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para o período de doze meses findo em 31 de Dezembro de 2013 é como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Numerário		
- Caixa	<u>5.990</u>	<u>8.952</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	404.950	423.626
- Depósitos a prazo	<u>291.000</u>	<u>246.000</u>
	<u>695.950</u>	<u>669.626</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u>701.940</u>	<u>678.578</u>
Equivalentes de caixa (passivo)	<u>(1.417)</u>	<u>(1.607)</u>



	2013			2012	
	CDN	SRS	SRN	Total	
Caixa	1 000	4 240	750	5 990	8 952
Depósitos à ordem					
Banco Espírito Santo	7 959	5 757	33 352	47 068	34 836
Montepio Geral	-	448	-	448	330
Millennium BCP	72	64 064	93 884	158 020	241 038
Banif	-	-	26 577	26 577	96 213
Santander Totta	-	2 234	-	2 234	5 599
Caixa Geral de Depósitos	45 524	11 072	-	56 596	23 038
Banco Português de Investimento	-	26 462	-	26 462	5 769
Barclays	-	-	15 196	15 196	15 196
CCAM	-	-	-	0	-
	<u>53 555</u>	<u>110 037</u>	<u>169 009</u>	<u>332 601</u>	<u>422 019</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>54 555</u>	<u>114 277</u>	<u>169 759</u>	<u>338 591</u>	<u>430 971</u>
Depósitos a Prazo					
Banif	-	-	20 000	20 000	5 000
Millennium BCP	-	250 000	-	250 000	220 000
Banco Português de Investimento	-	21 000	-	21 000	21 000
	<u>0</u>	<u>271 000</u>	<u>20 000</u>	<u>291 000</u>	<u>246 000</u>
Outros ativos financeiros					
Fundos Investimento - BPI	-	47 383	-	47 383	46 967
	<u>-</u>	<u>47 383</u>	<u>-</u>	<u>47 383</u>	<u>46 967</u>
Total	<u>54 555</u>	<u>432 660</u>	<u>189 759</u>	<u>676 974</u>	<u>723 938</u>

As Contas de depósitos a prazo são remuneradas às taxas de juro normais de mercado.

6 Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2013, o detalhe dos outros ativos financeiros apresentam os seguintes valores:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Aplicações de tesouraria		
Fundos de investimento - BPI	<u>47.383</u>	<u>46.967</u>
	<u>47.383</u>	<u>46.967</u>

- Fundos de investimento BPI - subscrição de 6.459 unidades do fundo "BPI Liquidez" valorizadas ao valor de mercado em 31 de dezembro de 2013.




7 Ativos Fixos Tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios Construções	Equipamento Básico	Equipamento administrativo	Outros ativos Tangíveis	Activos em curso	
1 de Janeiro de 2013							
Custo de aquisição	16 940	2 270 407	72 376	832 166	48 981	840 425	4 081 296
Depreciações acumuladas	-	-1 337 349	-68 744	-723 418	-43 008	-181 719	-2 354 238
Valor líquido	16 940	933 058	3 632	108 748	5 973	658 706	1 727 058
31 de Dezembro de 2013							
Adições	-	8 418	-	28 431	-	4 346	41 195
Transferências e abates	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação – exercício	-	-68 950	-1 189	-16 649	-830	-	-87 618
Depreciação–transferências/abates	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	16 940	872 526	2 443	120 530	5 143	663 052	1 680 634
31 de Dezembro de 2013							
Custo de aquisição	16 940	2 278 825	72 376	860 597	48 981	844 771	4 122 490
Depreciações acumuladas	-	-1 406 299	-69 933	-740 067	-43 838	-181 719	-2 441 856
Valor líquido	16 940	872 526	2 443	120 530	5 143	663 052	1 680 634

Terrenos e Edifícios e Outras construções:

O valor de edifícios e outras construções corresponde, essencialmente, ao valor das obras efetuadas pela Ordem no edifício dos Banhos de S. Paulo em Lisboa (sede da Ordem), as quais se encontram a ser depreciadas num período de 30 anos.

De acordo com um protocolo assinado em 21 de Novembro de 1994 entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Ordem, e após a realização das obras de beneficiação do referido edifício, procedeu à assinatura em 2013 de um contrato de locação financeira por um período de 30 anos, renovável.

Ainda de acordo com este protocolo, o valor mensal da renda a pagar (1.397 euros) seria regularizado por compensação, através de dedução, até ao valor da participação da Ordem no custo das obras no valor de 1.401.016 euros. Esta rubrica inclui, ainda, um montante de 318.649 euros referente aos custos relativos à recuperação do edifício da Câmara Municipal do Porto, na Rua D. Hugo, que a Secção Regional Norte (SRN) que tem vindo a utilizar como Sede, e que está a ser amortizado em 50 anos.

O protocolo celebrado com a Câmara Municipal do Porto em 1988 cede o direito de superfície do prédio da Rua D. Hugo por um período de 50 anos, sendo todos os custos com a manutenção e fruição do espaço suportados pela SRN.

Adicionalmente, na rubrica de Edifícios e outras construções encontra-se registado o valor de aquisição de um imóvel em Faro no montante de 51.644 euros, ao qual acresce o valor do terreno no montante 16.940 euros registado na rubrica de Terrenos.

Ativos em curso:

Os ativos em curso em 31 de dezembro de 2013 correspondem, essencialmente:

- à aquisição, em 2002, de dois prédios sitos na Rua Álvares Cabral pelo valor total de 640.413 euros e;



- aos custos incorridos até à data no valor de 140.333 euros com vista à recuperação dos prédios para instalação da nova sede, englobando estudos e projetos. Este imóvel encontra-se hipotecado até ao valor de 700.000 euros como garantia do empréstimo contraído pela Ordem ao Banif para aquisição da nova sede da SRN (ver nota 18);
- aos custos no montante de 61.805 euros referentes à promoção, desenvolvimento e apresentação do projeto para a recuperação do edifício da Ordem dos Arquitetos em Faro, registado na rubrica de Edifícios e outras construções.

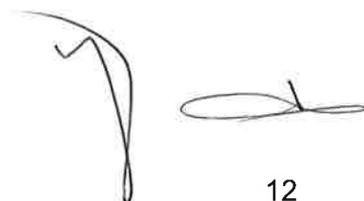
Perdas por imparidade

As Perdas de imparidade no montante de 181.719 euros, constituídas no exercício de 2012, referem-se aos imóveis da Rua Pedro Álvares Cabral no montante de 156.629 euros e ao imóvel de Faro no montante de 25.090 euros, respetivamente. Estas perdas por imparidade foram determinadas com base em avaliações efetuadas por entidades independentes.

8 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis referem-se ao software adquirido para suporte das atividades da ordem, tendo apresentado a seguinte evolução:

	Activo em		
	Software	Curso	Total
1 de Janeiro de 2013			
Custo de aquisição	60 221	-	60 221
Depreciações acumuladas	-57 256	-	-57 256
Valor líquido	2 965	-	2 965
31 de Dezembro de 2013			
Adições	-	2 220	2 220
Transferências e abates	-	-	-
Depreciação – exercício	-825	-	-825
Depreciação–transferências/abates	-	-	-
Valor líquido	2 140	2 220	4 360
31 de Dezembro de 2013			
Custo de aquisição	60 221	2 220	62 441
Depreciações acumuladas	-58 081	-	-58 081
Valor líquido	2 140	2 220	4 360



9 Inventários

A rubrica de inventários a 31 de Dezembro de 2013 detalha-se, como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Mercadorias	70.803	60.856
Ajustamentos a inventários	<u>(42.745)</u>	<u>(42.745)</u>
Valor líquido	<u>28.058</u>	<u>18.111</u>

A rubrica de Inventários inclui as diversas publicações editadas pela Ordem para venda, de onde se destaca a Monografia Pedro Ramalho no valor de 18.000 euros que foi editada pela SRN em 1997. O último registo de vendas desta monografia remonta ao ano de 2005. Dada a dificuldade de realização deste valor, esta obra encontra-se ajustada na sua totalidade.

A variação ocorrida na rubrica de mercadorias deve-se, essencialmente ao livro “Porto Poetic” publicado em 2013.

O custo dos inventários reconhecidos, em 2013, como gasto e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 1.993 euros (em 2012: 453 euros).

Ajustamentos a inventários

	<u>31/12/2013</u>
A 1 de Janeiro	42.745
Aumentos	-
Utilizações	-
Reduções	-
Valor líquido	<u>42.745</u>

A rubrica de ajustamento de inventários teve como objetivo aproximar o valor registado dos inventários à sua recuperabilidade de acordo com o histórico e perspectivas de venda das publicações, sendo que em 2013 não se identificou necessidade de alteração no ajustamento.

10 Clientes

Em 31 de Dezembro de 2013, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	<u>31/12/2013</u>			<u>31/12/2012</u>		
	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Total</u>
Clientes – Associados (i)	1.442.796	-	1.442.796	1.368.774	-	1.368.774
Clientes – outros (ii)	174.900	-	174.900	144.610	-	144.610
Clientes de Cob. Duvidosa (iii)	<u>72.142</u>	<u>-</u>	<u>72.142</u>	<u>108.231</u>	<u>-</u>	<u>108.231</u>
	1.689.838	-	1.689.838	1.621.615	-	1.621.615
Ajustamento de clientes	<u>(604.764)</u>	<u>-</u>	<u>(604.764)</u>	<u>(615.906)</u>	<u>-</u>	<u>(615.906)</u>
Total Clientes	<u>1.085.074</u>	<u>-</u>	<u>1.085.074</u>	<u>1.005.708</u>	<u>-</u>	<u>1.005.708</u>



- i) Clientes – associados: corresponde ao valor das quotas em dívida por parte dos associados, cuja antiguidade é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Há mais de 730 dias	457 329	470 172
Entre 365 dias e 730 dias	237 740	232 220
Há menos de 365 dias	747 727	666 382
	<u>1 442 796</u>	<u>1 368 774</u>

A decomposição dos saldos de clientes por seção é a seguinte:

	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Mais de 3 anos	Sub total	C. duvidosa	Total
SRN	95 532	47 270	121 705	264 507	332 538	597 045
SRS	142 208	83 903	204 338	430 449	200 098	630 547
	<u>237 740</u>	<u>131 173</u>	<u>326 043</u>	<u>694 956</u>	<u>532 636</u>	<u>1 227 592</u>
Saldos < 1 ano						462 246
						<u>1 689 838</u>

A rubrica de clientes de cobrança duvidosa refere-se a clientes não membros da Ordem.

- ii) Clientes - outros: detalhe dos saldos dos principais clientes é como segue:

	<u>2013</u>
AIMMP - Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal	(1) 65 805
Axa Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	(2) 30 000
Sanitana - Fábrica Sanitários Anadi	(3) 14 760
Saint-Gobain Weber Portugal S.A.	(4) 10 181
Outros (inferiores a 10.000 euros)	54 267
Total Clientes - Outros	<u>175 013</u>

1.2. Estes saldos dizem respeito ao apoio na exposição “Porto Poetic” em 2013.

3. Este saldo diz respeito à última tranche do apoio para a agenda Iphone elaborada pela ordem.

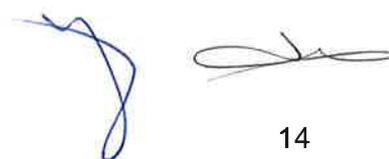
4. Este saldo diz respeito à publicidade efetuada no jornal e boletim da Ordem.

- iii) Clientes de cobrança duvidosa - o saldo corresponde a dívidas antigas cuja probabilidade de recebimento é baixa. Este valor encontra-se totalmente ajustado, sendo o seu valor líquido nulo.

Os ajustamentos de clientes detalham-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Associados	532 637	503 495
Outros	72 127	112 411
Ajustamentos de clientes	<u>604 764</u>	<u>615 906</u>

Os movimentos na rubrica de Ajustamento de clientes foi como segue:



	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A 1 de janeiro	615 906	626 569
Aumentos	29 142	47 831
Utilizações	-40 284	-46 959
Reduções		-11 535
A 31 de dezembro	<u>604 764</u>	<u>615 906</u>

As perdas por imparidade acumuladas registadas encontram-se de acordo com o definido na Nota 3.7.

Para os períodos apresentados não existem diferenças significativas entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

11 Estado e Outros Entes Públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os saldos com o Estado eram os seguintes:

	<u>31/12/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Imposto s/ rendimento – IRC	1.797	-	1.589	-
Imposto s/ rendimento – IRS	-	26.900	-	24.011
Impostos s/ valor acrescentado – IVA	13.208	-	24.521	-
Contribuições p/ Segurança Social	-	36.886	-	34.594
	<u>15.005</u>	<u>63.786</u>	<u>26.110</u>	<u>58.605</u>

Os montantes de retenção de Imposto sobre o rendimento e contribuições para a segurança social referem-se às retenções sobre as remunerações dos trabalhadores da Ordem, a liquidar em Janeiro de 2014.

Os montantes relativos a IVA referem-se aos valores apurados de imposto sobre o valor acrescentado de dezembro de 2013 a reportar nas declarações de 2014.

12 Outras Contas a Receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Outras contas a receber, é constituída por saldos individuais de montantes reduzidos. O valor mais significativo a saldos devedores de fornecedores, no montante de 3.392 euros.

13 Diferimentos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, a Ordem tem registado nas rubricas de diferimentos os seguintes saldos:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Gastos a reconhecer		
Seguros (i)	2.175	20.793
Outros (ii)	-	10.815
	<u>2.175</u>	<u>31.608</u>

Rendimentos a reconhecer

Patrocínios (iii)

	31/12/2013	31/12/2012
	-	15.000
	-	15.000

- (i) Refere-se a pagamentos antecipados de prémios de seguros de acidentes de trabalho, responsabilidade civil e riscos múltiplos;
- (ii) Refere-se a gastos de assistência informática faturados em 2012, cujo serviço foi prestado em 2013;
- (iii) O saldo em 31 de dezembro de 2012 respeitava à 1ª tranche de apoio da CGD à programação Norte 41 que apenas veio a ser utilizado no programa de atividades de 2013.

14 Outras reservas

	Reservas Estatutárias	Reservas Livres	Donativos	Reserva Regional	Total Outras Reservas
1 de janeiro de 2012	306 947	48 091	230 613	19 309	604 960
Transferência para resultados transitados	-	-	-74 169	-	-74 169
Transferência para resultados do ano	-	-	-4 363	-	-4 363
31 de dezembro de 2012	<u>306 947</u>	<u>48 091</u>	<u>152 081</u>	<u>19 309</u>	<u>526 428</u>
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-
Transferência para resultados do ano	-	-	-4 363	-	-4 363
31 de dezembro de 2013	<u>306 947</u>	<u>48 091</u>	<u>147 718</u>	<u>19 309</u>	<u>522 065</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de Outras reservas - Donativos incluía um montante de 218.143 euros recebido a título de donativos/comparticipações para as obras efetuadas nas atuais instalações da Secção Regional Norte. De acordo com o levantamento que foi efetuado, as obras foram terminadas no final de 1993 sendo que à data de 31 de dezembro de 2012, os bens associados a estes donativos já haviam sido amortizados durante 18 anos. Nesta conformidade durante 2012, foram transferidos 74.169 euros para Resultados transitados relativos à quota parte das depreciações acumuladas associadas a essas obras até 31 de dezembro de 2011 e 4.363 euros para resultados do ano de 2012. No decurso de 2013, estas rubricas não registaram qualquer movimento, uma vez que os bens se encontram integralmente amortizados.

15 Resultados transitados

Esta rubrica, em 2013, registou apenas a aplicação do resultado líquido do exercício de 2012, no montante de 73.248 euros, nos termos do aprovado na Assembleia Geral de Sócios, realizada em 11 de Setembro de 2013.

16 Outras variações nos Fundos Patrimoniais

A rubrica "Outras variações nos Fundos Patrimoniais" refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:




	<u>Subsídios</u>	<u>Doações</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2012	517 391	970	518 361
Regularização por resultados	-43 116	-	-43 116
31 de dezembro de 2012	<u>474 275</u>	<u>970</u>	<u>475 245</u>
Regularização por resultados	-43 116	-	-43 116
31 de dezembro de 2013	<u>431 159</u>	<u>970</u>	<u>432 129</u>

A rubrica de subsídios corresponde aos subsídios recebidos para as obras do edifício Banhos de S. Paulo em Lisboa, o qual é transferido para rendimentos, numa base anual, na proporção da depreciação dos ativos tangíveis subsidiados. Durante o exercício de 2013 esta rubrica teve o seguinte movimento:

	<u>31/dez/12</u>	<u>Reconhecimento em resultados 2013</u>	<u>31/dez/13</u>
Prodiatec	222 111	-20 192	201 919
MPAT / DGOT	79 196	-7 199	71 997
Livraria	9 402	-856	8 546
Entidade Privada	163 566	-14 869	148 697
	<u>474 275</u>	<u>-43 116</u>	<u>431 159</u>

17 Provisões

A evolução da provisão para outros riscos e encargos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	<u>Processos judiciais</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2012	458 250	-	458 250
Dotação	-	-	0
Redução	-	-	0
31 de dezembro de 2012	<u>458 250</u>	<u>0</u>	<u>458 250</u>
Dotação	-	-	0
Redução	-	-	0
31 de dezembro de 2013	<u>458 250</u>	<u>0</u>	<u>458 250</u>
Saldo corrente	-	-	-
Saldo não corrente	458 250	-	458 250

Processos judiciais - Corresponde à provisão para fazer face a diversos processos judiciais interpostos em 2005 e 2006, pela Universidade Fernando Pessoa e por alguns alunos da mesma, contra a Ordem dos Arquitectos, relacionados com o não reconhecimento por parte desta do curso ministrado pela Universidade Fernando Pessoa. É convicção do Conselho Diretivo Nacional que o valor desta provisão é suficiente para fazer face às potenciais condenações da Ordem por parte dos tribunais.

18 Financiamentos obtidos

O detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final dos exercícios de 2013 e 2012, é como segue:

	31.12.2013			31.12.2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
CC Caucionada BES – CDN (i)	410 000	-	410 000	440 000	-	440 000
Empréstimo Bancário - Banif – SRN (ii)	29 610	429 026	458 636	27 095	461 151	488 246
CC BCP (iii)	10 000	-	10 000	-	-	-
SRS (iv)	1 417	-	1 417	1 607	-	1 607
Conta Cartão Crédito - BCP - SRN	2 413	-	2 413	2 887	-	2 887
	453 440	429 026	882 466	471 589	461 151	932 740

Os financiamentos referem-se a apoios de tesouraria, vencem juros à taxa normal de mercado para este tipo de operações.

(i) Este montante corresponde ao valor utilizado relativo a um empréstimo contraído em 21 de Março de 2006, sobre a forma de abertura de crédito a prazo fixo disponibilizado em conta até ao montante máximo de 460.000 euros, para financiamento dos custos com o projeto “Inquérito à Arquitetura Portuguesa do Século XX (IAPXX)”. Este empréstimo vence juros dia a dia a uma taxa correspondente à Euribor a 3 meses acrescida e 1%, sendo os juros pagos póstepicadamente no final de cada período de três meses. Este Empréstimo encontra-se garantido por uma livrança.

(ii) O montante de 458.636 euros corresponde a um empréstimo contraído em 2002, sob a forma de um mútuo com hipoteca no valor de 700.000 euros para financiamento da aquisição e obras de beneficiação dos prédios adquiridos para a nova Sede da SRN. Este empréstimo está a ser amortizado em 25 anos e teve início em Janeiro de 2003. Para garantia do empréstimo foi constituída hipoteca sobre os prédios adquiridos. Os valores de curto prazo ascendem a 29.610 euros e dizem respeito aos valores que serão devidos durante o próximo período económico.

(iii) Este montante refere-se a uma conta corrente caucionada (conta dinâmica) junto do Millennium BCP da SRS.

(iv) Valores relativos a saldos de descoberto bancário autorizado em contas à ordem por parte da SRS no Millennium BCP.

O plano de amortização deste empréstimo à data de 31 de dezembro de 2013 de acordo com o horizonte temporal do contrato é como segue:

	1 ano	2 a 5 anos	mais 5 anos	Total
Empréstimo Bancário - Banif – SRN	29.610	156.539	272.487	458.636

19 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2013, os saldos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	<u>31/dez/13</u>
INESCTEC - Tecnologia e Ciência - CDN	18 598
Ligrate - Atelier Gráfico, Lda - CDN e SRS	16 568
CTT - Correios - CDN/SRN e SRS	15 340
RASO Geostar - Viagens e Turismo, SA - CDN	15 059
NorPrint - Artes Gráficas, S.A.	11 909
U.I.A-International Union of Archi - CDN	10 696
Domingues Tavares, Arqºs Lda- CDN	10 000
Outros inferiores a 10.000 euros	117 325
	<u>215 495</u>

(i) Este valor refere-se a serviços de consultoria no âmbito do portal dos arquitetos. Esta despesa é comum aos três órgãos.

(ii) Este valor diz respeito a fornecimento de brochuras, desdobráveis e cartazes durante o ano de 2013; Esta despesa é referente apenas do CDN

(iii) Este valor diz respeito à quotização do ano de 2013 da International Union of Archit. Esta despesa é referente apenas do CDN

20 Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2013, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

		31.12.2013			31.12.2012		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores de investimento	(i)	14 476	-	14 476	3 194	-	3 194
Pessoal	(ii)	36 049	-	36 049	16 588	-	16 588
Outros Credores	(iii)	5 803	-	5 803	20 517	-	20 517
Acréscimos de gastos							
Remunerações a liquidar	(iv)	178 586	-	178 586	189 388	-	189 388
Outros	(v)	19 691	-	19 691	35 616	-	35 616
		<u>254 605</u>	<u>-</u>	<u>254 605</u>	<u>265 303</u>	<u>-</u>	<u>265 303</u>

i) Fornecedores de investimento - esta rubrica refere-se, essencialmente, a valores a pagar por serviços prestados de assistência e formação em aplicações informáticas;

ii) Pessoal - o valor a pagar ao pessoal refere-se, essencialmente, ao processamento das senhas de presença dos Órgãos Sociais do Conselho Diretivo Nacional relativas a parte do ano de 2013. Estes valores já foram regularizados em 2014. Inclui, ainda, valores a pagar ao pessoal no montante de 14.483 euros, os quais foram igualmente pagos em 2014.

iii) Credores diversos - este valor respeita aos valores pendentes de pagamento relativos a formação profissional ministrada por Arquitetos em nome da Ordem e outros serviços profissionais prestados;



iv) Credores por acréscimo de gastos - esta conta regista, essencialmente, os gastos incorridos em 2013 relativos a férias, subsídio de férias e impostos associados, que serão pagos durante o ano de 2014;

v) Outros - esta rubrica diz respeito, essencialmente, a seguros a liquidar (13.441 euros)

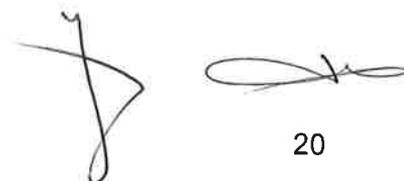
21 Vendas e prestações de serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados em 2013 e 2012, é detalhado como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vendas de Produtos		
Mercado Interno	8.922	10.048
Outros mercados	-	70
Sub-total	<u>8.922</u>	<u>10.118</u>
Prestações de Serviços - Mercado Interno		
Quotas SRS	1.899.184	1.952.917
Quotas SRN	1.183.063	1.189.917
Jóias	87.669	88.247
Formação Profissional	199.354	236.514
Publicidade Jornal Arquitectos / Boletim	92.994	114.877
Serviços a estagiários	189.025	180.025
Prémios / Concursos	60.465	88.370
Iniciativas e projectos	138.948	22.794
Comunicações electrónicas	5.532	19.650
Outros serviços	27.808	15.575
Prestações de Serviços - Mercado Intracomunitário		
Outros serviços	7.270	6.285
Sub-total	<u>3.891.312</u>	<u>3.915.171</u>
Vendas e prestações de serviços	<u>3.900.234</u>	<u>3.925.289</u>

As variações mais significativas ocorridas na rubrica de Prestação de serviços encontram-se detalhadas como segue:

- Diminuição das quotas da SRS em 53.733 euros decorrente da diminuição de inscrições e aumento de suspensões;
- Diminuição da Formação Profissional em 37.160 euros, pela diminuição do número de arquitetos inscritos;
- Diminuição de 21.883 euros na Publicidade Jornal Arquitectos / Boletim / Terças Técnica;
- Diminuição dos Prémios/Concursos em 27.905 euros, sobretudo no Prémio Secil;



- Aumento de 116.154 euros na rubrica de iniciativas e projetos, sobretudo devido ao ato eleitoral da Ordem, à iniciativa “Porto Poetic” e à campanha de comunicação “Trabalhar com arquitetos”.

22 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos em 2013 e 2012, é como segue:

		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Trabalhos especializados	(i)	626 878	563 643
Honorários		319 792	352 678
Comunicação	(ii)	123 137	116 834
Seguros	(iii)	91 212	75 623
Deslocações e estadas	(iv)	104 884	86 616
Rendas e alugueres		72 652	69 047
Conservação e reparação		47 346	40 536
Vigilância e segurança		39 487	39 650
Limpeza higiene e conforto		32 557	31 634
Material de escritório		21 189	15 283
Eletricidade		25 274	28 576
Publicidade e propaganda		20 385	5 071
Contencioso e Notariado	(v)	40 544	9 809
Prémios Atribuídos	(vi)	24 500	6 000
Outros		124 266	87 075
Fornecimentos e serviços externos		<u>1 714 103</u>	<u>1 528 075</u>

i) Trabalhos especializados: esta rubrica compreende, essencialmente, os custos relacionados com a publicação de revistas e outras publicações promovidas pela Ordem dos Arquitectos, assistência jurídica no âmbito de revisões legislativas e consultoria em comunicação e assessoria mediática.

ii) Comunicação: o aumento desta rubrica deve-se essencialmente as atividades excecionais de 2013 tais como o congresso e as eleições.

iii) Seguros: a variação registada face a 2013 está relacionada com o registo contabilístico do seguro de responsabilidade civil de 2012 em 2013.

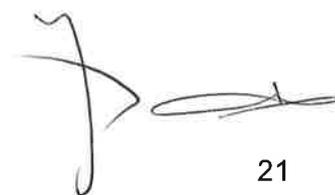
iv) Deslocações e estadas: o acréscimo de gastos nesta rubrica deve-se essencialmente à maior representatividade da Ordem a nível internacional durante o ano de 2013.

v) Contencioso e notariado: a variação ocorrida face ao ano anterior deve-se ao aumento dos serviços solicitados aos advogados nomeadamente injunções e execuções.

vi) Prémios atribuídos: referem-se ao concurso de prémio de estágio.

23 Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício findo em 2013 e 2012, foram como segue:



	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remunerações		
Órgãos Sociais		
Senhas de presença	410 009	436 612
Ajudas de custo/subsídios	25 887	21 271
	<u>435 896</u>	<u>457 883</u>
Pessoal		
Vencimento (i)	981 983	1 035 608
Abonos para falhas	7 888	8 188
Subsídio de alimentação	56 845	60 244
Subsídio de transporte	33 082	33 538
Isenção de horário de trabalho	11 410	10 147
Horas extra (iv)	3 829	1 230
Ajudas de custo	5 573	4 717
	<u>1 100 610</u>	<u>1 153 672</u>
Encargos sociais		
Seguros	3 137	9 584
Encargos sobre remunerações (ii)	323 483	322 066
Indemnizações (iii)	31 928	27 272
Outros	13 237	24 533
	<u>371 785</u>	<u>383 455</u>
Gastos com o pessoal	<u>1 908 291</u>	<u>1 995 010</u>

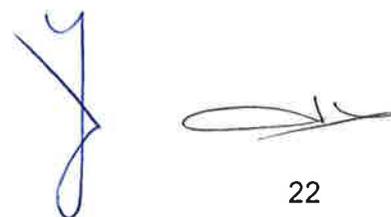
(i) O montante apresentado sob a designação de “Vencimento” diz respeito aos valores referentes ao vencimento base, férias, subsídio de férias e subsídio de Natal pagos aos funcionários.

(ii) O valor referente a encargos sobre remunerações corresponde aos gastos da Ordem dos Arquitectos relativos às remunerações sujeitas a Segurança Social à taxa de 21,8 %. A Ordem está incluída no regime geral para contribuintes sem fins lucrativos, de acordo com o artº 27 do DL 199/99 de 08/06, sendo que de acordo com o artº 281 do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Ordem está sujeita a ajustamento progressivo das taxas contributivas como segue, até 2014:

	<u>Taxa</u>
2013	21,8%
2014	22,3%

(iii) As indemnizações dizem respeito aos valores pecuniários pagos pela Ordem dos Arquitectos como proporcionais de direitos adquiridos pelo seu trabalho e como compensação salarial mínima exigida por lei a 2 funcionários pela cessação do seu vínculo laboral com a entidade.

(iv) Foram pagas horas extra na sequência da revisão dos Estatutos da Ordem e da deslocação de uma pessoa a Milão, relacionada com a exposição “Porto Poetic”.



24 Subsídios à exploração

A rubrica de subsídios à exploração em 2013, pode ser apresentada como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outros	4.866	6.346
	<u>4.866</u>	<u>6.346</u>

Os subsídios à exploração reconhecidos durante 2013 foram, essencialmente, recebidos de entidades públicas (Câmara Municipal de Castelo Branco), conforme protocolos estabelecidos entre a Ordem e as diversas entidades.

25 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de outros rendimentos e ganhos em 2013 e 2012, pode ser apresentada como segue:

		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendimentos suplementares	(i)	10 618	9 771
Patrocínios	(ii)	73 843	105 870
Correções relativas a exercícios anteriores	(iii)	2 265	13 181
Ganhos em subsídios – Edifício de S. Paulo	(iv)	43 116	43 116
Ganhos em Subsídios edifício sede SRN		4 363	4 363
Outros		1 278	8 968
Outros rendimentos e ganhos		<u>135 483</u>	<u>185 269</u>

(i) Os rendimentos suplementares são relativos ao aluguer de instalações por parte da Ordem à livraria e ao bar situadas na sua sede e ao aluguer de um espaço à European;

ii) Esta rubrica inclui, essencialmente, patrocínios entregues por diversas entidades externas à Ordem para eventos promovidos pela Ordem dos Arquitectos, nomeadamente, a Agenda da Ordem de 2013.

iii) Este montante diz, respeito a pequenas regularizações de saldos.

(iv) Este valor diz respeito ao reconhecimento em proveitos dos subsídios ao investimento atribuídos à Ordem para as obras realizadas no edifício de S. Paulo em Lisboa (43.116 euros) e no edifício da sede da SRN (4.363 euros) (ver notas 14 e 16).

26 Outros gastos e perdas

O detalhe da rubrica de outros gastos e perdas em 2013 e 2012, é apresentado no quadro seguinte:



		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos	(i)	38 122	14 521
Descontos de pronto pagamento	(ii)	117 230	122 500
Correções relativas a exercícios anteriores	(iii)	9 065	37 565
Quotizações	(iv)	28 531	31 139
Outros		353	900
Outros rendimentos e ganhos		<u>193 301</u>	<u>206 625</u>

- (i) O valor relevado nesta rubrica corresponde, essencialmente, ao IVA suportado no período, dado que este é apurado segundo o método da afetação real;
- ii) Segundo o regulamento de quotas em vigor, a Ordem dos Arquitectos atribui um desconto de pronto pagamento de 10% a todos os associados que liquidem a sua quota anual na totalidade até Março do ano a que dizem respeito;
- iii) Saldo diz respeito, essencialmente, a valores anulados de quotas de membros ou pagas após a intervenção do tribunal.
- iv) Saldo registado nesta rubrica, diz respeito às quotizações de 2013, pagas a diversas entidades/organizações internacionais, das quais a Ordem é membro.

27 Gastos e Rendimentos Financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios findos em 2013 e 2012, é como segue:

		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Gastos financeiros			
Juros pagos		12 026	14 281
Comissões bancárias		10 389	19 175
Outros		967	1 474
		<u>23 382</u>	<u>34 930</u>
Rendimentos financeiros			
Juros obtidos - depósitos		7 615	7 759
Outros juros		22 916	18 644
		<u>30 531</u>	<u>26 403</u>

Os gastos registados dizem respeito, na sua quase totalidade, aos juros suportados relativos aos financiamentos obtidos.

Os rendimentos são respeitantes aos juros obtidos das aplicações financeiras detidas e a juros de mora.

28 Partes relacionadas

Não existem saldos com entidades relacionadas.




a. Remuneração do Conselho de Administração

Os órgãos sociais da Ordem (Conselho Diretivo Nacional), foram considerados de acordo com a NCRF - ESNL como sendo o elemento “chave” da sua gestão. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os órgãos Nacionais e Regionais auferiram cerca de 435.896 euros tal como mencionado na nota 23.

b. Transações entre partes relacionadas

Não existem transações com entidades relacionadas.

29 Contingências

A Ordem detém uma conta caucionada que à data de 31 de dezembro de 2013 ascende a 410.000 euros (ver nota 18), a qual, se encontra garantida por livrança. Conforme referido na Nota 7, os imóveis situados na Rua Álvares Cabral no Porto encontram-se hipotecados a favor do Banif.

30 Matérias ambientais

Os dispêndios de carácter ambiental que se destinem a ser utilizados de forma durável na atividade da Ordem com vista a evitar ou reduzir danos futuros, ou preservar recursos, e que proporcionem benefícios económicos futuros são capitalizados. Quando tal não se verifica os mesmos são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem.

Durante o exercício de 2013 não foram incorridos dispêndios com multas pelo não cumprimento de regulamentos ambientais.

Não foram obtidos incentivos públicos relacionados diretamente com a proteção ambiental.

Não é do conhecimento da Ordem, a existência de qualquer passivo contingente ou de qualquer obrigação presente proveniente de acontecimentos passados relativo a matérias ambientais, pelo que não se encontram registadas quaisquer provisões de carácter ambiental, nem existem passivos de carácter ambiental materialmente relevantes, incluídos no balanço.

O Conselho Diretivo Nacional entende que não ocorrerão multas, coimas e sanções acessórias relacionadas com a emissão de gases de estufa.

31 Eventos subsequentes

Não se verificaram eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013.



ANEXOS

- Ordem dos Arquitectos – Execução Orçamental 2013
- CDN – Execução Orçamental 2013
- SRN – Execução Orçamental 2013
- SRS – Execução Orçamental 2013

ANO 2013 - ORDEM DOS ARQUITECTOS (CDN SRN SRS)

Orçamento - ANO 2013

	Ganhos	Gastos	Resultado
RESULTADOS O.A.	3,942,666.00	3,942,666.00	0.00
CDN	1,351,032.00	1,351,032.00	0.00
SRN	1,074,400.00	1,074,400.00	0.00
SRS	1,517,234.00	1,517,234.00	0.00
01 Proveitos de Estrutura	3,132,533.00	0.00	3,132,533.00
CDN	1,140,032.00	0.00	1,140,032.00
SRN	748,613.00	0.00	748,613.00
SRS	1,243,888.00	0.00	1,243,888.00
02 Custos de Estrutura	0.00	1,003,794.00	-1,003,794.00
CDN	0.00	328,100.00	-328,100.00
SRN	0.00	256,339.00	-256,339.00
SRS	0.00	419,355.00	-419,355.00
03 Órgãos Sociais	0.00	544,250.00	-544,250.00
CDN	0.00	245,519.00	-245,519.00
SRN	0.00	124,352.00	-124,352.00
SRS	0.00	174,379.00	-174,379.00
04 Colégios	0.00	3,000.00	-3,000.00
CDN	0.00	3,000.00	-3,000.00
SRN	0.00	0.00	0.00
SRS	0.00	0.00	0.00
05 Delegações e núcleos	7,500.00	157,573.00	-150,073.00
CDN	0.00	35,500.00	-35,500.00
SRN	7,500.00	23,750.00	-16,250.00
SRS	0.00	98,323.00	-98,323.00
06 Admissão	243,900.00	163,061.00	80,839.00
CDN	0.00	18,929.00	-18,929.00
SRN	131,900.00	108,526.00	23,374.00
SRS	112,000.00	35,606.00	76,394.00
07 Apoio ao Exercício da Profissão	750.00	443,787.00	-443,037.00
CDN	0.00	0.00	0.00
SRN	750.00	154,349.00	-153,599.00
SRS	0.00	289,438.00	-289,438.00

Real - ANO 2013

	Ganhos	Gastos	Resultado
	3,964,940.35	3,852,482.49	112,457.86
	1,345,023.48	1,306,043.26	38,980.22
	1,179,133.37	1,161,184.96	17,948.41
	1,440,783.50	1,385,254.27	55,529.23
	3,076,880.96	0.00	3,076,880.96
	1,134,595.06	0.00	1,134,595.06
	746,344.73	0.00	746,344.73
	1,195,941.17	0.00	1,195,941.17
	0.00	1,006,963.95	-1,006,963.95
	0.00	325,389.29	-325,389.29
	0.00	278,678.21	-278,678.21
	0.00	402,896.45	-402,896.45
	0.00	477,794.66	-477,794.66
	0.00	229,580.25	-229,580.25
	0.00	103,299.81	-103,299.81
	0.00	144,914.60	-144,914.60
	0.00	5,435.88	-5,435.88
	0.00	5,435.88	-5,435.88
	0.00	0.00	0.00
	0.00	0.00	0.00
	11,968.27	170,083.42	-158,115.15
	0.00	41,220.25	-41,220.25
	146.34	10,434.45	-10,288.11
	11,821.93	118,428.72	-106,606.79
	272,772.57	153,634.29	119,138.28
	0.00	16,994.17	-16,994.17
	140,458.36	96,333.44	44,124.92
	132,314.21	40,306.68	92,007.53
	27,154.00	440,106.92	-412,952.92
	0.00	0.00	0.00
	7,121.16	150,912.93	-143,791.77
	20,032.84	289,193.99	-269,161.15

ANO 2013 - ORDEM DOS ARQUITECTOS (CDN SRN SRS)

Orçamento - ANO 2013

	Ganhos	Gastos	Resultado
08 Formação e Valorização Profissional	176,000.00	148,934.00	27,066.00
CDN	0.00	0.00	0.00
SRN	76,000.00	67,500.00	8,500.00
SRS	100,000.00	81,434.00	18,566.00
09 Premiação e Concursos	97,959.00	150,276.00	-52,317.00
CDN	53,000.00	46,529.00	6,471.00
SRN	13,613.00	31,345.00	-17,732.00
SRS	31,346.00	72,402.00	-41,056.00
10 Iniciativas e Projectos	95,624.00	421,409.00	-325,785.00
CDN	8,000.00	177,077.00	-169,077.00
SRN	87,624.00	142,089.00	-54,465.00
SRS	0.00	102,243.00	-102,243.00
11 Interv.Pública e Comunicação	177,400.00	386,165.00	-208,765.00
CDN	150,000.00	254,102.00	-104,102.00
SRN	2,400.00	44,226.00	-41,826.00
SRS	25,000.00	87,837.00	-62,837.00
12 Representação e Relações Externas	6,000.00	146,885.00	-140,885.00
CDN	0.00	92,559.00	-92,559.00
SRN	6,000.00	27,395.00	-21,395.00
SRS	0.00	26,931.00	-26,931.00
90 Provisões sobre Quotas	0.00	226,235.00	-226,235.00
CDN	0.00	79,182.00	-79,182.00
SRN	0.00	55,636.00	-55,636.00
SRS	0.00	91,417.00	-91,417.00
91 Dotação / Reservas	0.00	30,000.00	-30,000.00
CDN	0.00	20,535.00	-20,535.00
SRN	0.00	3,499.00	-3,499.00
SRS	0.00	5,966.00	-5,966.00
92 Ajustamentos	5,000.00	117,299.00	-112,299.00
CDN	0.00	50,000.00	-50,000.00
SRN	0.00	35,394.00	-35,394.00
SRS	5,000.00	31,905.00	-26,905.00

Real - ANO 2013

	Ganhos	Gastos	Resultado
125,408.14	135,674.99	-10,266.85	
0.00	0.00	0.00	
77,980.37	76,335.52	1,644.85	
47,427.77	59,339.47	-11,911.70	
68,663.43	170,699.15	-102,035.72	
39,700.00	64,065.67	-24,365.67	
10,117.53	38,294.48	-28,176.95	
18,845.90	68,339.00	-49,493.10	
191,498.08	568,274.14	-376,776.06	
10,876.00	173,600.30	-162,724.30	
174,701.43	261,881.90	-87,180.47	
5,920.65	132,791.94	-126,871.29	
160,855.51	380,567.31	-219,711.80	
157,505.45	282,325.76	-124,820.31	
3,200.06	39,108.31	-35,908.25	
150.00	59,133.24	-58,983.24	
16,182.60	185,687.30	-169,504.70	
1,586.97	107,809.03	-106,222.06	
14,595.63	54,089.60	-39,493.97	
0.00	23,788.67	-23,788.67	
0.00	29,141.75	-29,141.75	
0.00	0.00	0.00	
0.00	19,277.69	-19,277.69	
0.00	9,864.06	-9,864.06	
0.00	0.00	0.00	
0.00	0.00	0.00	
0.00	0.00	0.00	
0.00	0.00	0.00	
13,556.79	128,418.73	-114,861.94	
760.00	59,622.66	-58,862.66	
4,467.76	32,538.62	-28,070.86	
8,329.03	36,257.45	-27,928.42	

Orçamento 2013 CDN (CONSELHO DIRECTIVO NACIONAL)
Orçamento 2013 ANO

	Ganhos	Gastos	Resultado
1 Provetos de Estrutura	1,140,032.00	0.00	0.00
0101 Quotas	1,055,762.00	0.00	
0102 Taxas de inscrição (Jóia) / Taxas de inscrição Temp.	72,770.00	0.00	
0103 Certificação profissional	0.00	0.00	
0104 Listagens / Bases de Dados	0.00	0.00	
0105 Rendas e Alugueres	11,500.00	0.00	
0106 Taxas, emolumentos e outras receitas	0.00	0.00	

2 Custos de Estrutura

0201 Instalações e Equipamentos e serviços	0.00	155,400.00	
0202 Despesas com o Pessoal	0.00	172,700.00	

3 Orgãos Sociais

0301 Congresso	0.00	5,000.00	
0302 Assembleia Geral/Regional	0.00	3,000.00	
0303 Conselhos Delegados	0.00	3,000.00	
0304 Conselhos Directivos	0.00	120,877.00	
0305 Conselhos Disciplina	0.00	15,000.00	
0306 Conselhos Admissão	0.00	10,000.00	
0307 Conselho Fiscal	0.00	500.00	
0398 Valores comuns	0.00	88,142.00	

4 Colégios

0401 Especialidade de urbanismo	0.00	1,000.00	
0402 Especialidade de patrimonio	0.00	1,000.00	
0403 Especialidade de Gestão, Direcção e Fiscalização de ol	0.00	1,000.00	
0498 Valores comuns	0.00	0.00	

5 Delegações e nucleos

0501 Delegações e nucleos	0.00	0.00	
0502 Provedores	0.00	500.00	
0503 Grupos de trabalho	0.00	35,000.00	
0598 Valores comuns	0.00	0.00	

6 Admissão

0601 Processo e Formação em estatuto e deontologia	0.00	0.00	
0602 Formação profissional	0.00	0.00	
0603 Reclamações	0.00	0.00	
0698 Valores comuns	0.00	18,929.00	

7 Apoio ao Exercício da Profissão

0701 Apoio Jurídico	0.00	0.00	
0702 Apoio Técnico	0.00	0.00	
0703 Apoio sobre Deontologia e Disciplina	0.00	0.00	
0704 Apoio á Gestão	0.00	0.00	
0705 Biblioteca	0.00	0.00	
0706 Seguro responsabilidade civil profissional	0.00	0.00	
0707 Peritagens	0.00	0.00	
0798 Valores comuns	0.00	0.00	

8 Formação e Valorização Profissional

0801 Formação Continua	0.00	0.00	
0802 Acções técnicas de divulgação	0.00	0.00	
0898 Valores comuns	0.00	0.00	

Orçamento 4º Trimestre

	Ganhos	Gastos	Resultado
	0.00	0.00	0.00

Real 4º Trimestre

	Ganhos	Gastos	Resultado
	1,134,595.06	0.00	0.00
	1,037,579.10	0.00	
	86,414.36	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	10,601.60	0.00	
	0.00	0.00	

Diferença
Var%

0.00 #DIV/0!

	0.00	146,214.63	
	0.00	179,174.66	

	14,904.96	17,519.77	
	0.00	258.91	
	0.00	5,354.12	
	0.00	117,155.65	
	0.00	13,633.85	
	0.00	6,486.39	
	0.00	0.00	
	0.00	84,076.52	

	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	5,435.88	
	0.00	0.00	

	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	41,220.25	
	0.00	0.00	

	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	16,994.17	

	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	0.00	

	0.00	0.00	
		0.00	
	0.00		

9 Premiação e Concursos				
0901	Prémios Nacionais	53,000.00	10,000.00	39,700.00
0902	Prémios Internacionais	0.00	0.00	0.00
0903	Concursos	0.00	0.00	0.00
0998	Valores comuns	0.00	36,529.00	0.00
10 Iniciativas e Projectos				
1001	Promoção da Arquitectura	0.00	0.00	6,222.74
1002	Efemerides e Comemorações	5,000.00	5,000.00	1,760.16
1003	Iniciativas Específicas	0.00	71,332.00	0.00
1004	Organização Interna	0.00	0.00	0.00
1005	Exercício da Profissão	0.00	5,000.00	0.00
1006	Livros e Catalogos	3,000.00	0.00	2,893.10
1098	Valores comuns	0.00	95,745.00	0.00
11 Interv.Pública e Comunicação				
1101	Comunicação electrónica: Site, newsletter, etc.	5,000.00	8,869.00	5,531.69
1102	Boletim Arquitectos	12,000.00	12,000.00	1,950.00
1103	Jornal Arquitectos (JA)	105,000.00	105,000.00	120,508.43
1104	Merchandising	28,000.00	23,000.00	24,000.00
1105	Mailling Comercial	0.00	0.00	0.00
1198	Valores comuns	0.00	105,233.00	113,845.07
12 Representação e Relações Externas				
1201	Participação em organizações Internacionais	0.00	55,000.00	1,586.97
1202	Participação em organizações Nacionais	0.00	5,000.00	0.00
1203	Gastos/Ganhos em participações sociais	0.00	0.00	0.00
1204	Relações Institucionais	0.00	14,261.00	0.00
1205	Contencioso e representação forense	0.00	18,298.00	0.00
1298	Valores comuns	0.00	0.00	0.00
90 Provisões sobre Quotas				
9001	percentual de incobrança estimado (7,5%)	0.00	79,182.00	0.00
91 Dotação / Reservas				
9101	Fundo de Reserva	0.00	5,535.00	0.00
9102	Fundo de Participação	0.00	15,000.00	0.00
9103	Fundo de Reserva Regional	0.00	0.00	0.00
9104	Outras reservas	0.00	0.00	0.00
92 Ajustamentos				
9201	Amortizações	0.00	25,000.00	0.00
9202	Provisões	0.00	5,000.00	0.00
9203	Ganhos/Perdas Financeiros	0.00	20,000.00	0.00
9204	Ganhos/Perdas Extraordinários	0.00	0.00	0.00
9205	Impostos - IVA suportado	0.00	0.00	0.00
9206	Ajustamentos - de anos anteriores	0.00	0.00	760.00
TOTAIS				

9 Premiação e Concursos						
0901	Prémios Nacionais	442.00	0.00		7,245.54	14,279.04
0902	Prémios Internacionais	0.00	0.00		0.00	0.00
0903	Concursos	13,171.00	2,550.00		0.00	0.00
0998	Valores comuns	0.00	28,795.00		2,871.99	24,015.44
10 Iniciativas e Projectos						
1001	Promoção da Arquitectura	27,976.00	38,131.00		28,373.71	25,483.47
1002	Efemerides e Comemorações	0.00	0.00		0.00	0.00
1003	Iniciativas Especificas	57,648.00	68,857.00		0.00	38,067.68
1004	Organização Interna	0.00	0.00		0.00	0.00
1005	Exercicio da Profissão	0.00	0.00		0.00	270.97
1006	Livros e Catalogos	2,000.00	0.00		3,792.73	1,412.48
1007	Iniciativas Especificas - Norte 41	0.00	0.00		141,602.30	164,528.90
1098	Valores comuns	0.00	35,101.00		932.69	32,118.40
11 Interv.Pública e Comunicação						
1101	Comunicação electrónica: Site, newsletter, etc.	0.00	0.00		0.00	4,374.56
1102	Boletim Arquitectos	0.00	0.00		0.00	0.00
1103	Jornal Arquitectos (JA)	0.00	0.00		0.00	0.00
1104	Merchandising	0.00	0.00		798.63	0.00
1105	Mailling Comercial	0.00	0.00		1,500.00	0.00
1106	Nova imagem OASRN	0.00	0.00		0.00	35.00
1198	Valores comuns	2,400.00	44,226.00		901.43	34,698.75
12 Representação e Relações Externas						
1201	Participação em organizações Internacionais	0.00	0.00		0.00	2,215.29
1202	Participação em organizações Nacionais	0.00	0.00		0.00	0.00
1203	Gastos/Ganhos em participações sociais	0.00	0.00		0.00	0.00
1204	Relações Institucionais	0.00	5,400.00		0.00	6,599.09
1205	Contencioso e representação forense	6,000.00	21,995.00		14,595.63	45,275.22
1298	Valores comuns	0.00	0.00		0.00	0.00
90 Provisões sobre Quotas						
9001	percentual de incobrança estimado (7,5%)	0.00	55,636.00		0.00	19,277.69
91 Dotação / Reservas						
9101	Fundo de Reserva	0.00	3,499.00		0.00	0.00
9102	Fundo de Comparticipação	0.00	0.00		0.00	0.00
9103	Fundo de Reserva Regional	0.00	0.00		0.00	0.00
9104	Outras reservas	0.00	0.00		0.00	0.00
92 Ajustamentos						
9201	Amortizações	0.00	10,000.00		0.00	9,063.73
9202	Provisões	0.00	4,000.00		0.00	0.00
9203	Ganhos/Perdas Financeiros	0.00	17,394.00		9.90	13,161.55
9204	Ganhos/Perdas Extraordinários	0.00	0.00		0.00	0.00
9205	Impostos - IVA suportado	0.00	0.00		0.00	0.00
9206	Ajustamentos - de anos anteriores	0.00	4,000.00		4,457.86	10,313.34
TOTAIS						

Orçamento 2013 - SRS

Orçamento 2013 ANO

	Ganhos	Gastos	Resultado
1 Proveitos de Estrutura	1,228,888.00	0.00	0.00
0101 Quotas	1,218,888.00	0.00	
0102 Taxas de inscrição (Jóia) / Taxas de inscrição Temp.	0.00	0.00	
0103 Certificação profissional	10,000.00	0.00	
0104 Listagens / Bases de Dados	0.00	0.00	
0105 Rendas e Alugueres	0.00	0.00	
0106 Taxas, emolumentos e outras receitas		0.00	

2 Custos de Estrutura

0201 Instalações e Equipamentos e serviços	0.00	223,875.00	
0202 Despesas com o Pessoal	0.00	195,479.00	

3 Orgãos Sociais

0301 Congresso	0.00	3,000.00	
0302 Assembleia Geral/Regional	0.00	2,000.00	
0303 Conselhos Delegados	0.00	1,000.00	
0304 Conselhos Directivos	0.00	88,073.00	
0305 Conselhos Disciplina	0.00	15,159.00	
0306 Conselhos Admissão	0.00	12,632.00	
0307 Conselho Fiscal	0.00	0.00	
0398 Valores comuns	0.00	52,515.00	

4 Colégios

0401 Especialidade de urbanismo	0.00	0.00	
0402 Especialidade de patrimonio	0.00	0.00	
0403 Especialidade de Gestão, Direcção e Fiscalização de ol	0.00	0.00	
0498 Valores comuns	0.00	0.00	

5 Delegações e nucleos

0501 Delegações e nucleos	0.00	83,072.00	
0502 Provedores	0.00	0.00	
0503 Grupos de trabalho	0.00	5,335.00	
0598 Valores comuns	0.00	9,916.00	

6 Admissão

0601 Processo e Formação em estatuto e deontologia	70,000.00	6,760.00	
0602 Formação profissional	42,000.00	18,930.00	
0603 Reclamações	0.00	0.00	
0698 Valores comuns	0.00	9,916.00	

7 Apoio ao Exercício da Profissão

0701 Apoio Jurídico	0.00	28,499.00	
0702 Apoio Técnico	0.00	88,697.00	
0703 Apoio sobre Deontologia e Disciplina	0.00	70,078.00	
0704 Apoio á Gestão	0.00	0.00	
0705 Biblioteca	0.00	56,334.00	
0706 Seguro responsabilidade civil profissional	0.00	29,000.00	
0707 Peritagens	0.00	0.00	
0798 Valores comuns	0.00	16,830.00	

8 Formação e Valorização Profissional

0801 Formação Contínua	100,000.00	45,000.00	
0802 Acções técnicas de divulgação	0.00	0.00	
0898 Valores comuns	0.00	36,434.00	

Orçamento 4º Trimestre

	Ganhos	Gastos	Resultado
	0.00	0.00	0.00

Real 4º Trimestre

	Ganhos	Gastos	Resultado
	1,195,941.17	0.00	0.00
	1,185,670.06	0.00	
	0.00	0.00	
	8,900.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	1,371.11	0.00	

Diferença

Var%

0.00 #DIV/0!

	0.00	216,429.70	
	0.00	186,466.75	

	4,382.11	5,925.46	
	0.00	627.35	
	0.00	211.64	
	0.00	73,406.10	
	0.00	7,112.19	
	0.00	7,107.00	
	0.00	0.00	
	0.00	54,906.97	

	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	0.00	
	0.00	0.00	

	11,821.93	94,989.78	
	0.00	0.00	
	0.00	12,633.74	
	0.00	10,805.20	

	88,388.00	13,147.55	
	42,800.00	16,621.43	
	0.00	0.00	
	1,126.21	10,537.70	

	6,417.20	35,185.96	
	9,910.97	87,599.68	
	1,068.84	66,408.95	
	0.00	0.00	
	2,635.83	53,708.97	
	0.00	27,903.79	
	0.00	0.00	
	0.00	18,386.64	

	47,427.77	22,312.19	
	0.00	0.00	
	0.00	37,027.28	

9 Premiação e Concursos					
0901	Prémios Nacionais	10,050.00	5,824.00	5,441.70	6,896.32
0902	Prémios Internacionais	0.00	0.00	0.00	0.00
0903	Concursos	21,296.00	7,179.00	13,404.20	6,470.61
0998	Valores comuns	0.00	59,399.00	0.00	54,972.07
10 Iniciativas e Projectos					
1001	Promoção da Arquitectura	0.00	0.00	0.00	0.00
1002	Efemerides e Comemorações	0.00	0.00	0.00	0.00
1003	Iniciativas Específicas	0.00	52,446.00	5,906.50	84,337.95
1004	Organização Interna	0.00	0.00	0.00	0.00
1005	Exercício da Profissão	0.00	0.00	0.00	448.47
1006	Livros e Catalogos	0.00	0.00	14.15	52.71
1098	Valores comuns	0.00	49,797.00	0.00	47,952.81
11 Interv.Pública e Comunicação					
1101	Comunicação electrónica: Site, newsletter, etc.	17,000.00	40,858.00	150.00	7,051.91
1102	Boletim Arquitectos	0.00	0.00	0.00	0.00
1103	Jornal Arquitectos (JA)	0.00	0.00	0.00	0.00
1104	Merchandising	0.00	0.00	0.00	0.00
1105	Mailling Comercial	8,000.00	0.00	0.00	0.00
1106	Brochuras	0.00	0.00	0.00	0.00
1198	Valores comuns	0.00	46,979.00	0.00	52,081.33
12 Representação e Relações Externas					
1201	Participação em organizações Internacionais	0.00	0.00	0.00	0.00
1202	Participação em organizações Nacionais	0.00	0.00	0.00	0.00
1203	Gastos/Ganhos em participações sociais	0.00	0.00	0.00	0.00
1204	Relações Institucionais	0.00	2,000.00	0.00	0.00
1205	Contencioso e representação forense	0.00	24,931.00	0.00	23,788.67
1298	Valores comuns	0.00	0.00	0.00	0.00
90 Provisões sobre Quotas					
9001	percentual de incobrança estimado (7,5%)	0.00	91,417.00	0.00	9,864.06
91 Dotação / Reservas					
9101	Fundo de Reserva	0.00	5,966.00	0.00	0.00
9102	Fundo de Participação	0.00	0.00	0.00	0.00
9103	Fundo de Reserva Regional	0.00	0.00	0.00	0.00
9104	Outras reservas	0.00	0.00	0.00	0.00
92 Ajustamentos					
9201	Amortizações	0.00	8,800.00	0.00	9,625.43
9202	Provisões	0.00	5,000.00	0.00	0.00
9203	Ganhos/Perdas Financeiros	5,000.00	18,105.00	8,031.73	13,331.14
9204	Ganhos/Perdas Extraordinários	0.00	0.00	0.00	0.00
9205	Impostos - IVA suportado	0.00	0.00	0.00	0.00
9206	Ajustamentos - de anos anteriores	0.00	0.00	297.30	13,300.88
TOTAIS					